

ENTRE A ESPETACULARIZAÇÃO DO TRADUZIR E A COISIFICAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS/ PORTUGUÊS: APONTAMENTOS DE UMA REALIDADE PARALELA

Between the spectacularization of translating and the objectification of the Libras/
Portuguese interpreter: notes on a parallel reality

Ruan Sousa Diniz¹

RESUMO

O presente artigo traz apontamentos que atravessam a realidade de tradutores e intérpretes de Libras/português frente às atuais demandas do mercado de trabalho. Num primeiro momento, localiza-se a “aparição” dos surdos e a emergência de mão-de-obra qualificada que atenda às necessidades desse grupo em processo de descolonização, conduzindo o leitor a uma análise crítica das fissuras e dos rompimentos que se escamoteiam durante a reformulação de paradigmas. Através das situações vividas, expõem-se as mazelas e opressões que passam despercebidas por serem

ABSTRACT

This article brings notes that cross the reality of translators and interpreters of Libras/Portuguese, facing the current demands of the labor market. In the first place, the “appearance” of the deaf and the emergence of qualified labor that meets the needs of this group in the process of decolonization are located, leading the reader to a critical analysis of the cracks and ruptures that are hidden during the reformulation of paradigms. Through real-life situations,

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; ruan.diniz@letras.ufrj.br.

preenchidas pelo “brilho das mãos que balançam nos palcos”, ainda que na plateia sequer haja um surdo usuário de Libras. Espera-se evidenciar a condição humana e as subjetividades invisíveis por trás da capa da novidade. Por fim, apontam-se indagações sobre os (des)caminhos esperados que traduzam uma nova realidade à categoria em questão.

it exposes the illnesses and oppressions that go unnoticed because they are filled by the “brightness of the hands that swing on the stage”, even though in the audience there is not even a deaf Libras user. It is expected to highlight the human condition and invisible subjectivities behind the cover of novelty. Finally, questions are raised about the expected (mis) paths that translate a new reality to the category in question.

PALAVRAS-CHAVE

Intérprete de Libras; Condição humana; Coisificação do intérprete.

KEYWORDS

Libras interpreter Human condition; Objectification of the interpreter.

Introdução

Não é incomum nas classes de ouvintes aprendizes de Libras vermos/ouvirmos as expressões “Nunca tinha visto tanto surdo na minha vida” ou “Não sabia que existiam tantos surdos” logo após as primeiras aulas. Aparentemente ingênuas, mas carregadas das pesadas marcas da exclusão, produtos da negação da diferença de ser Surdo, da estigmatização e do desprestígio das línguas de sinais, bem como do discurso de que a “deficiência” precisa ser vista.

Afinal, por onde andavam os tais surdos?

Não querendo acentuar a visão consagrada de que a surdez implica uma vida vazia, triste e obscura, todavia faz-se necessário retomar o que a História nos conta acerca dessa condição. A saber, muito antes da luta pelo reconhecimento linguístico, travou-se, sobretudo, o embate pela sobrevivência, a fim de que no mínimo os surdos fossem considerados humanos. Nas palavras de Strobel (2008, p.42), verifica-se que:

A presença do povo surdo é tão antiga quanto a humanidade. Sempre existiram surdos. O que acontece, porém, é que nos diferentes momentos históricos nem sempre eles foram respeitados

em suas diferenças ou mesmo reconhecidos como seres humanos. A existência dos surdos da antiguidade deve ter sido muito difícil devido às injustiças sofridas (...) assim como pronuncia Perlin (2004, p.80) “As narrativas surdas constantes à luz do dia estão cheias de exclusão, de opressão, de estereótipos”.

Os estratagemas dispensados na luta pela sobrevivência e significação social resultaram na aparição dos sujeitos surdos, juntos aos aliados às suas causas, primárias e básicas para o cumprimento da cidadania. Essa aparição nos mais diversos espaços sociais dá origem à profissão de tradutores e intérpretes de Libras/português e exige qualificação profissional cada vez mais específica a fim de cumprir as reais demandas do público em questão.

Martins (2009) traz um aparato geral da formação e atuação desses profissionais em diversos países, mas destaca que no Brasil, desde 1973, há a atuação desse profissional junto à FENEIS². De forma detalhada ao tipo de atuação, porém, os registros datam a partir de 1988, nos contextos televisivo, jurídico, educacional, de saúde, entre outros.

Nesse sentido, após uma breve discussão sobre alguns aspectos histórico-sociais da surdez e do povo surdo, o presente trabalho visa a trazer à tona questões que atravessam a realidade de tradutores e intérpretes de Libras/português frente às atuais demandas do mercado de trabalho e à liquidez das relações humanas. Logo, visa a deslocar a atenção para quem faz e não para o que é feito, evidenciando a condição humana e as subjetividades, invisíveis por trás da capa da novidade. Daí a relevância e a ardente motivação da pesquisa, uma discussão que atente à desmecanização da mão-de-obra (antes de tudo humana) e à elucidação dos/aos órgãos públicos, empresas privadas e sociedade de modo geral.

De modo geral, objetiva-se destacar a localização política dos intérpretes de Libras/português na atualidade e, em paralelo, evidenciar a participação e o protagonismo dos surdos nos processos de consolidação da categoria de intérpretes, bem como fazer um convite à reflexão entre o dito pela legislação e o praticado. Nesse sentido, pretende-se responder os seguintes questionamentos: O que se tem dito e feito por esses profissionais? O que eles têm dito de si mesmos e da coletividade? Que percepções têm diante da liquidez das relações humanas e institucionais? Quais são suas reações (ou não-reações)?

² Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

Para isso, são feitas reflexões em confluência com o levantamento bibliográfico, do qual pode-se citar relevantes pesquisadores do campo dos Estudos da Tradução, em específico dos Estudos da Interpretação das Línguas de Sinais, como Martins (2009), que abarca os aspectos da trajetória de formação e as condições de trabalho de tradutores e intérpretes de Libras, e Quadros (2004), que apresenta o nascimento da profissão em discussão. A fim de situar a condição da pessoa surda (causa primária da existência dessa profissão), apresentam-se ponderações de estudiosos no campo dos Estudos Surdos, a saber Strobel (2008) e Perlin (2003) e, por fim, emaranhando-se nas discussões que cruzam as relações humanas com a modernidade, expõem-se as ideias de Hall (2016) – com o conceito de tradução – e Bauman (2001) – discutindo a modernidade líquida.

Foi aplicado ainda um questionário para alguns intérpretes de Libras que se dispuseram a participar da pesquisa, através do qual é possível destacar suas impressões da própria condição de trabalho, das instituições a que prestam serviços e das perspectivas para a profissão. As respostas foram gravadas e/ou mediadas por meio eletrônico. Salienta-se que a única condição para participação na pesquisa foi a atuação como tradutor e/ou intérprete de Libras/português, independentemente do vínculo empregatício e do regime de contratação. Destaca-se que foi conferido total sigilo, tanto da identidade do entrevistado, quanto da instituição em que trabalha. A pesquisa se desenvolve no Rio de Janeiro, contudo os depoimentos revelam que as mesmas situações são percebidas na classe como um todo, a nível nacional.

Dessa maneira, espera-se contribuir tanto para a ressignificação do olhar das instituições sobre o profissional em questão, quanto para a autoavaliação ininterrupta e reflexiva do contínuo estar-sendo humano-trabalhador na contemporaneidade.

1 A “aparição” dos surdos e a emergência de tradutores

Viver exige constante mudança.

Sobre essa égide, depreende-se que permanecer agindo sobre o mundo requer mudanças de paradigmas, o que vem acontecendo desde seus primórdios.

As falas que predominam sobre a ascensão dos surdos corroboram que em determinado momento eles passaram a fazer parte de um espaço x ou y , o que antes não faziam e, devido a isso, houve a necessidade desses espaços se

adequarem a essa nova demanda. Essa ideia é segmentada e, muitas vezes, carrega um discurso passivo e automático, como se sobre algo que deixou de acontecer e foi substituído por outra coisa, inferindo uma comum compreensão do todo, que a partir de então nova regra tenha passado a valer. Em suma, a sensação é a mesma quando se observa a divisão da História em Antiga, Média, Moderna... ou, ainda, os períodos literários, podendo-se pensar, inocentemente, que dormiu-se na Idade Antiga e acordou-se na Média ou então, em dezembro culminou o Barroco e na virada do ano passou-se ao Arcadismo.

As fronteiras dessas transições escamoteiam as fissuras, os rompimentos que possibilitaram a percepção do novo. Se hoje é “assustadora” a quantidade de surdos nas ruas, bares e metrô usando livremente uma língua de sinais, frequentando espaços de formação acadêmica, sendo protagonistas em espetáculos artísticos, muito sangue (do corpo ou do tinteiro) foi pisado e conflitos travados por aqueles que a História não conseguiu (ou pouco conseguiu) registrar.

Em conformidade com as reflexões de Perlin (2003), a “descoberta” da Surdez e sua patologização privou/obscureceu por anos o lado humano do surdo se enxergar como diferente, sem mácula e, desfrutar de uma cultura viva e visual, além de dispor de toda riqueza das línguas de sinais. A descoberta, na verdade, cobriu, assim como na colonização do Brasil, os corpos cuja nudez retratava nada mais que uma cosmovisão, um status de ser no mundo. Há que se falar em tradução de Ser Surdo antes que se diga que os Surdos têm direito à tradução de/para Libras.

O que se pretende explicitar acima quanto à tradução de Ser Surdo, de longe compete a aproximações/transferências entre línguas, no que concerne ao sentido de hibridismo ou tradução cultural, isto é, a “um processo forçado, nunca assentado ou completo, mas sempre em transição, em tradução, marcado em última instância pela indefinição” (HALL, 2016, p.50). Em suma, se é possível hoje presenciar um cenário novo para as pessoas Surdas, é porque o roteiro foi escrito por vozes rasgadas e forçadas a vestir uma roupagem que não lhes era própria, por olhos absolutos e “caros³”, obrigados a serem comedidos e, por fim, pela constante interrogação de (não)pertencimento nos limites entre ser para o outro, semi-ouvinte e o ser para si mesmo, eu Surdo.

³ A expressão “olho caro” é uma expressão idiomática usada por surdos para designar alguém com uma excelente percepção visual, capaz de captar informações para além do campo frontal, além de identificar detalhes e outros pormenores.

À medida que uma parcela dos surdos obtinha sucesso através de seus intensos esforços para serem cada vez “menos surdos”, por meio de todo tipo de estratégia de domínio clínico, uma extensa outra parte era moída na marginalização da deficiência, desviada do padrão esperado. Ali se encontravam os preguiçosos por não quererem falar, que se acomodavam com os gestos. Rebeldes, insubmissos e até ferozes, fadados ao assistencialismo e à boa vontade das instituições de caridade ou ao favor eterno da família. De acordo com Lane (1992, p. 47):

A lista das características atribuídas aos surdos é frequentemente inconsistente: eles são tão “agressivos” quanto “submissos”; são igualmente ingênuos e astutos, imparciais e apaixonados, explosivos e tímidos, teimosos e submissos, desconfiados e confiantes. No entanto, a lista é consistente num aspecto importante: é totalmente negativa — virtualmente todas as características descritas, mesmo as de oposição aos pares, são desfavoráveis.

Esse ser surdo, até então corrigido e traduzido por uma imposição (não lhe foi oferecida por opção), no encontro com o outro Surdo, é o primeiro responsável a desenhar um novo caminho para a reconfiguração situacional de existência do surdo (marginalizado), em seu pleno direito de sê-lo. Por estar mais próximo da considerada normalidade, passa a mediar os dois extremos, o padrão e o desvio e a se encontrar de alguma forma. Nota-se que aqueles que conseguiram atingir o esperado pela norma são ovacionados devido a seus esforços supra-humanos.

Num outro lado, as mãos, caras, bocas e barulhos que resistiram às pressões externas e conduziram suas vidas, seguiram (não tão) normalmente, mas como o esperado de quaisquer que se unem para viver a dois, ouvindo ou não. Entre as interrogações dos familiares e as curiosidades da vizinhança, um novo desafio (traduzível) de ter de “provar” que é possível, logo, uma constante tarefa de modificar o mundo para caber nele, o que tangencia a afirmação de Strobel (2008, p. 24) acerca de Cultura Surda:

(...) o jeito de o surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo.

Distante da intenção de engendrar uma discussão sobre o que é ou não Cultura Surda, a posição da autora, que fala de si e de seus pares, é bastante

elucidativa acerca das manobras de vida que os surdos, de modo geral, têm de realizar para, minimamente, existirem da maneira como são e desejam.

Não se pode excluir desse processo aqueles que foram aliados do que, com o passar do tempo, pode-se chamar de causa surda. Familiares, vizinhos, amigos ou curiosos, que por estarem, de certo modo, mais próximos das experiências dos surdos, passaram a lutar por seus direitos, trazendo-os para espaços que antes não lhes eram viáveis, dadas as barreiras sociais e linguísticas.

É evidente que tal processo não se restringe ao fato supracitado, pois dentro dessa conjuntura e da heterogeneidade do povo surdo, há que se destacar aqueles (surdos) que sempre militaram por seus próprios direitos e encontraram aliados (ouvintes) afeitos às suas causas e foi essa parceria que possibilitou os inúmeros resultados que vemos hoje, desde a “aparição” e consequente ascensão dos surdos à atual discussão da regulamentação da profissão de tradutor e intérprete de Libras.

É válido pensar, também, que se hoje essa discussão faz parte das pautas das políticas públicas, houve em algum momento uma motivação primária e basilar, a “criação” do que atualmente considera-se como profissão, de tradutor e intérprete de Libras/português. Logo, há uma profissão, cargos públicos e privados, ocupação remunerada, devido, antes de tudo, à existência da surdez marcada pela diferença dentro da diversidade humana. Destaca-se em Quadros (2004, p. 13):

A história da constituição deste profissional [intérprete de Libras] se deu a partir de atividades voluntárias que foram sendo valorizadas enquanto atividade laboral, na medida em que os surdos foram conquistando o seu exercício de cidadania. A participação de surdos nas discussões sociais representou e representa a chave para a profissionalização dos tradutores e intérpretes de língua de sinais. (...) À medida em que a língua de sinais do país passou a ser reconhecida enquanto língua de fato, os surdos passaram a ter garantias de acesso a ela enquanto direito linguístico. (...) As instituições se viram obrigadas a garantir acessibilidade através do profissional intérprete de língua de sinais.

Assim, em consonância com o excerto citado, a emergência por tradutores advém da aparição dos surdos. De acordo com Luz (2013, p. 33):

Aparição é, no seu grau máximo, assumir-se entre Outros como alguém que é singularização de toda a humanidade, a realização plena e criativa de si no mundo comum a partir da experiência sensorial, afetiva, linguística e cultural ofertada pela presença de

um Outro responsável por mim enquanto rosto. Por existir a partir de laço ético e comunicar um alguém e um mundo, é uma experiência de realização de si que revela algo dos aspectos ontológico, psicológico e sociológico essenciais do humano.

Nesse sentido, estar e ser no mundo é uma atividade política, que requer esforços para se localizar e se manter em localização, o que, no caso dos surdos, é um fenômeno que acompanha a presença de tradutores e intérpretes para igual acesso à informação, cultura, lazer, educação e demais fatores concernentes à cidadania. Os resultados desse longo e contínuo processo, nas palavras de Monteiro (2006), podem ser vistos na Lei de Libras 10.436, de 24 de abril de 2002, no decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, na fundação de escolas de surdos, nas associações de surdos, nos direitos linguísticos e de acesso à educação em todos os níveis.

2 Da não-representatividade até ser um mal necessário

Caso houvesse um convite explícito à conotação, uma série de ditos populares traduziriam esta seção, a saber “quem não tem cão caça com gato”, “uma hora a bexiga estoura”, entre outros, que a princípio trazem humor aos fatos; contudo, a contra-face da comicidade é uma mistura de impotência, desespero e não-representatividade. Essa não-representatividade não se configura num plano subjetivo, não se restringe a uma opinião e tampouco se aplica a uma experiência pessoal. Indiscutivelmente, o castigo é metonímico, isso é, o todo é afetado pela parte.

Em termos didáticos, é possível listar, por exemplo, pessoas que ocupam o cargo de intérprete sem ter o mínimo de competência necessária para tal (tratando-se de um caso extremo), justificado apenas por um curso básico de Libras. Talvez essa impressão fosse mais ultrajante se o par linguístico de atuação (Libras/português) fosse substituído por uma língua de prestígio, como o Inglês. É absurdo (e talvez inimaginável) supor alguém com 60h de carga-horária de um curso de inglês “habilitado” a traduzir uma conferência ou atuar em qualquer outro domínio. Deveras, não há, sequer, uma penumbra de representatividade nisso, o que é percebido é um desprestígio estigmatizador sobre as línguas de sinais, devido à falta de conhecimento de seu status linguístico, ou seja, “é uma língua minoritária, que não goza de prestígio social e é utilizada por um grupo restrito de pessoas” (FERNANDES e MOREIRA, 2009, p. 226).

Ainda nesse sentido, é sabido que traduzir ultrapassa o domínio linguístico (de ambas as línguas) e estende-se a outros níveis de competência, fundamentais ao ofício. A não observância, por exemplo, da competência referencial (ou competência na área⁴) interfere em todo processo tradutório, visto o não conhecimento em determinado assunto comprometer as escolhas lexicais e interpretativas. Fere, inclusive, o Código de Conduta e Ética da FEBRAPILS⁵, em seu Art. 8º, Parágrafo Único, que diz que “o TILS⁶ e o GI⁷ não aceitarão uma prestação de serviços a que não se julguem qualificados, contudo, sua aceitação implica total responsabilidade moral pela seriedade da sua prestação”.

A autoavaliação é fundamental para a construção da consciência de classe e acarreta no fortalecimento da categoria. Por isso, é elegante não aceitar um determinado trabalho em virtude de não se considerar apto para tal, bem como “solidarizar-se com as iniciativas em favor dos interesses de sua categoria, ainda que não lhe tragam benefício direto” (CCE-FEBRAPILS, p.4, Art. 10º, Inciso V).

A mesma Federação sugere valores de referência para a prestação de serviços. Apesar de serem sugestões e, considerando o caráter político da constituição da entidade, depreende-se que não são valores atribuídos aleatoriamente, o que respalda os profissionais em relação à remuneração. Entretanto, são espantosas as histórias nos “finais de congresso”, nos grupos de Whatsapp, nas redes sociais, de colegas de profissão que se submetem a determinadas situações cuja remuneração destoava não somente da tabela como também do bom senso. Certo que há particularidades e que cada situação insere-se num contexto específico, porém a reincidência desses casos atinge, mais uma vez o coletivo, visto tornar-se um pseudoparâmetro para contratações. A questão não concerne à precificação, mas à valorização.

Os dados narrativos colhidos para esse trabalho (melhor destrinchados posteriormente) apontam que a falta de revezamento durante a atuação é um dos fatores que mais incomodam os intérpretes. Sobre essa questão, a seção seguinte contempla de maneira estendida do que trata.

⁴ De acordo com Quadros (2004, p. 74) apud Roberts (1992), essa competência refere-se ao “conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada.”

⁵ Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais.

⁶ Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais.

⁷ Guia-Intérprete para pessoas surdocegas.

Não se pretende cogitar um profissional padrão, quiçá um “intérprete de alta performance”. É utópico mensurar condições estáveis e homogêneas para uma profissão legalmente recente, carente de formação, ainda mais num país continental como o Brasil. Todavia, é basilar “exercer sua atividade de maneira digna e consciente, com o propósito de valorizar sua categoria profissional” (CCE-FEBRAPILS, p.2, Art. 3º).

As redes sociais possibilitaram uma integração significativa da comunidade surda e uma difusão maior da Libras, despertando o interesse de muitos. Seguindo essa expansão, não são poucas as propagandas (minimamente duvidosas) que prometem a desejada fluência na Libras em um tempo (que nunca existirá) recorde e não são poucos os que são ludibriados por elas. O resultado, em cadeia, é a certificação e o ingresso no mercado de trabalho sem as exigências requeridas pela profissão e o atendimento das necessidades do público-alvo usuário do serviço, os surdos.

Nesses casos, os empregadores dificilmente conhecem algum critério para as contratações e se baseiam na apresentação de algum certificado. A inexistência de um órgão fiscalizador contribui para a recorrência desses casos, o que dificulta (ou atende parcialmente ou insatisfatoriamente) ainda mais o acesso dos surdos a serviços simples, como educação, saúde e justiça.

Levando em consideração que para além do aprendizado da Libras (que deve ser constante tanto quanto o do português) é importante adquirir competências específicas às questões tradutórias, conhecimento cultural e de outras especificidades concernentes ao Povo Surdo e ao ofício de traduzir, certo é que três meses de um curso de idiomas configura nada mais que um aprendizado rarefeito e introdutório, não desconsiderando os esforços e habilidades individuais.

Pode-se ainda citar os trágicos casos das propagandas políticas que se prestam a avatares no lugar de intérpretes humanos, bem como os humanos que se expõem em rede nacional gesticulando qualquer outra coisa, que nem de longe se assemelha à Língua Brasileira de Sinais, como o famoso carro do intérprete *fake* no velório de Nelson Mandela. Sobre o uso de avatares, Vieira et al. (2014, p. 176) afirmam que:

segundo a perspectiva dos sujeitos surdos e ouvintes envolvidos, os avatares animados dos aplicativos HandTalk e ProDeaf Móvel mostraram-se deficitários na sinalização de elementos não-manuais, os quais são fundamentais para a caracterização e

compreensão de diversos elementos semânticos e sintáticos na Libras. No que diz respeito a este aspecto, tais sujeitos apresentaram, em suas narrativas, declarações relativas à ausência e/ou à fragilidade no que tange as expressões faciais nas traduções realizadas por esses (...).

Em hipótese alguma uma máquina, por mais avançada que seja, substituirá um tradutor humano, visto que a tradução extrapola o léxico, exigindo dos que se dedicam a ela, conhecimentos externos à língua, dos quais apenas o ser humano é dotado.

É certo que os exemplos da não-representatividade se estendem para além dos citados, contudo os apresentados são suficientes para ilustrar o cenário no qual tradutores e intérpretes de Libras/português estão inseridos. Esses exemplos ajudam a reforçar a ideia de que o intérprete é um mal necessário, abrindo inúmeras discussões sob as quais pontos de vistas variados sustentariam concordância ou não com essa máxima. De fato, se sempre houvesse uma língua em comum entre interlocutores, não haveria necessidade de um mediador. Por outro lado, o único capaz de manter uma relação harmônica entre falantes de línguas diferentes é o intérprete.

Como saber se a intenção do emissor, ao passar por essa mediação, é a mesma ao chegar no receptor? Jogos de fidelidade, ética e confiabilidade costuram esse palco, mantendo uma interrogação renitente e parcimoniosa. Assim, nas palavras de Cesco (2003, p.83) “o tradutor é um mal necessário, que se interpõe entre o texto original e o leitor”, seja esse texto escrito ou sinalizado e o leitor aquele que tem como suporte o papel ou vídeo que registra as línguas de sinais. Entre resistências e afins, permanecem e seguem os TILS na consolidação da sua classe, no fortalecimento da categoria e na equiparação de condições dignas laborais.

3 Um espaço dedicado ao revezamento

Revezar nada mais é do que alternar e é isso que acontece (ou pelo menos deveria acontecer) durante a atuação dos intérpretes de Libras⁸. A partir de determinado tempo de atuação, um colega de equipe o substitui e dá continuidade à atividade e assim permanecem até o término do evento.

⁸ Nesse trecho, a menção é referida em específico aos intérpretes de Libras devido à pesquisa ser direcionada a tais. Contudo, o revezamento também pode ser observado entre intérpretes de línguas orais.

Ressalta-se, também, que o trabalho em equipe não se limita à questão do revezamento. Enquanto um membro da equipe atua de fato realizando a interpretação simultânea, os demais mantêm-se atentos para qualquer expressão não compreendida, datas, nomes e demais questões que contribuam para a excelência do trabalho.

Destaca-se, nesse sentido, o trabalho de Santos (2016, p. 13), que diz:

Nesse cenário, dependendo da quantidade de horas a serem trabalhadas, os intérpretes de línguas de sinais organizam-se em revezamento entre dois ou mais profissionais a cada vinte ou trinta minutos, buscando oferecer ao público a melhor interpretação possível. Enquanto um intérprete faz a interpretação da fala do palestrante, outro fica próximo ao seu campo de visão, em geral sentado na plateia, para dar apoio em relação a alguma palavra não compreendida ou fornecendo algum sinal específico, caso haja necessidade. Atuar sozinho dá-se apenas em situações em que o profissional se dispõe a trabalhar no máximo por uma hora. Se o tempo for superior, faz-se necessário o revezamento, pois a presença de mais de um intérprete é essencial.

De acordo com Nogueira (2016, p.85) apud Napier, McKee e Goswell (2006):

(...) estudos indicam que entre 20 e 25 minutos é o período adequado para a concentração do intérprete, depois desse tempo, inicia-se um processo de fadiga que pode afetar a produção da mensagem, portanto, geralmente a troca de turno pelos ILSs⁹ e os de língua oral é a cada 20 ou 30 minutos.

Dado o excerto acima, é indubitável que o revezamento não se qualifica apenas como um conforto para o trabalho em equipe ou, ainda menos, para o excesso de pessoal, como considerado pelo senso comum. Trata-se de um fundamental componente do processo tradutório, tanto do ponto de vista fisiológico, quanto técnico e mental. As empresas contratantes e os órgãos públicos precisam estar cientes dessa condição, a fim de que o trabalho oferecido pelos contratados possa ser o melhor possível, tendo em vista que as condições ergonômicas, afetam diretamente o produto, que no caso é o discurso na língua de chegada.

E, novamente, é percebido que atitudes individuais refletem no coletivo, considerando que a falta de revezamento pode ser encarada como um padrão de atuação por aqueles que desconhecem o ofício dos tradutores e intérpretes

⁹ Intérpretes de línguas de sinais.

de Libras/português, no caso, os contratantes. Isso pode ser bem mais comum se considerarmos a realidade de cidades distantes das regiões metropolitanas e do interior, quando o quantitativo de profissionais é pequeno, o que difere e, muito, da situação dos grandes centros urbanos, onde esse quantitativo é maior, tão logo essa prática deve ser constantemente repensada (e evitada) e o crivo da atuação deve estar pautado na coletividade.

Ainda insistindo nesse tópico, há que se pensar no processo histórico de constituição da profissão. A legislação vigente, Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010, que regulamenta o exercício da profissão, possibilitou não somente um novo quadro ante o mercado de trabalho, como respaldou os direitos angariados pelos TILS junto às suas instituições de atuação. Apesar de o revezamento não constar de forma explícita da legislação supracitada, não é difícil inferir que deve ser respeitado, tendo por base os seguintes excertos:

Art. 7º: O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e (...); IV – pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional.

O rigor técnico pode ser interpretado não somente como competência e habilidade do profissional em transferir códigos linguísticos e equivalências de sentido entre uma e outra língua, mas também pelas boas práticas e pela observância ao que as pesquisas têm revelado sobre a atividade de interpretação, principalmente simultânea, que requerem revezamento.

Tendo isso em vista, é antagônico e anacrônico basear a atuação na individualidade, pois além das possíveis consequências físicas e psicológicas a longo prazo, a qualidade do trabalho é inferior em comparação àquela em que há o revezamento.

Devido à natureza da profissão, é inevitável a visibilidade e a evidência atreladas. Essas condições intrínsecas devem ser mais um alarme para o intérprete toda vez que se submeter a determinado trabalho, tendo em vista que apesar de estar direcionado a um público específico, diversos outros compartilham o mesmo espaço. Assim sendo, toda a oportunidade de atuação é um ensejo à construção contínua do pensamento de coletividade.

Por fim, é inegável que há excelentes profissionais que se destacam por sua brilhante atuação e competência, entretanto, mais válido que a atenção

dos holofotes é direcionar as luzes ao que se pretende chamar de categoria profissional. Jamais haverá uma constelação com estrelas salpicadas no espaço. A união precede a unidade e, em tempos líquidos, pelear pelo e para o todo é solidificar a condição humana, abruptamente desvanecida pelo cruel mercado, semeador do individualismo.

4 Dando voz – analisando dados

A priori, a inclinação do trabalho estava na composição de um ensaio que trouxesse para o papel as vivências compartilhadas por tradutores e intérpretes de Libras/português e que não são vistas por aqueles de fora da área. Contudo, foi acrescido um caráter de pesquisa, através de um questionário em que os profissionais envolvidos pudessem expor sua condição frente ao mercado de trabalho.

Foram entrevistados 25 tradutores e intérpretes de Libras/português. O critério para participação da pesquisa é que estivessem vinculados a alguma instituição, pública ou privada, independente do regime de contratação. Responderam as seguintes perguntas:

1. Por que você escolheu essa instituição e cargo?
2. O que mais lhe motiva a trabalhar como tradutor e intérprete de Libras/português?
3. Você acredita que a instituição como um todo reconhece seu trabalho e sabe quais são suas funções? Comente.
4. Você é desviado de função? Se sim, é remunerado legalmente por isso?
5. Você trocaria de cargo ou de instituição? Se sim, por quê?

Em relação à pergunta 1, a estabilidade foi a maior vantagem, de acordo com 32% dos entrevistados. Não houve, para a maioria, um razão específica para a escolha da instituição. Visto ter havido abertura de concurso ou processo seletivo, a vaga foi pleiteada. Por outro lado, devido à história da instituição, três participantes resolveram prestar o concurso. De modo geral, os intérpretes alegaram que tinham prazer naquilo que fazem e que a circunstância do momento levou-os à escolha da instituição na qual atuavam. Um total de 8% optou pela instituição devido a fatores financeiros.

Sobre a pergunta 2, foi identificado que a motivação de 48% dos participantes em atuar como TILSP¹⁰ é o fato de poder ser uma ponte linguística entre dois públicos distintos. Outros 48% disseram que a natureza da atividade de tradução ou interpretação e o fato de trabalhar com línguas são prazerosos. Um entrevistado uniu a questão financeira ao gosto pela profissão.

De acordo com as respostas da terceira pergunta, foi observado que 76% dos entrevistados alegam que a instituição para a qual prestam seus serviços não reconhece ou não dá o devido valor a esses profissionais. As justificativas para essa impressão encaixam-se nos seguintes argumentos: não existe um parâmetro para alocação; enxergam o intérprete apenas como um recurso de acessibilidade; desumanizam a profissão; confundem intérprete com professor; não permitem que os intérpretes participem das questões pedagógicas; não compreendem que traduzir envolve um tempo específico de preparação, diferente da interpretação, inferindo que estão ociosos por conta disso; culpabilizam o fracasso do aluno surdo ao intérprete. Alguns alegaram que a situação melhorou com o tempo e que as conquistas até então alcançadas são devidas ao trabalho da coletividade. Por outro lado, alguns relataram que a sensação é de “subutilidade” e desgaste constante. Os demais (12%) responderam que em certos pontos são reconhecidos e em outros não (dá a necessidade de sempre estarem lembrando que funções devem desempenhar). Os outros 12% acreditam que são devidamente reconhecidos.

As respostas da pergunta 4 revelaram que 80% dos participantes da pesquisa não são desviados de função, visto que quase todos ocupavam um cargo público federal e o desvio é menos recorrente devido ao amparo legal e à condição de servidor público. Contudo, por mais que não exercessem declaradamente um desvio de função, muitos se sentiam sobrecarregados, acumulando funções, tendo de suprir certas lacunas que os alunos traziam dos níveis educacionais anteriores. Ainda, dois entrevistados recebiam função gratificada por desvio de função e um entrevistado alegou que quatro intérpretes da sua instituição eram desviados de função.

No tocante à última pergunta, um total de 64% declarou que gostaria de mudar de cargo, mas a maior parte afirmou que não sairia da área da surdez,

¹⁰ Tradutor e intérprete de Língua de Sinais e Português. Esta expressão também é bastante utilizada na comunidade de intérpretes. Porém, identifica-se a omissão do termo “brasileira”, o qual especificaria que a língua de sinais em questão é a Libras (Língua Brasileira de Sinais), o que coloca em discussão o presente termo.

optando por ser pesquisador, professor de Libras ou de tradução, ou outra função que envolvesse surdez e língua de sinais, e não fosse de interpretação ou tradução. Foi identificado que 20% trocariam de instituição, ou pela distância ou devido à violência local. Não trocariam de cargo e nem de instituição 8% e outros 8% trocariam tanto de cargo quanto de instituição. Muitos foram bastante assertivos ao dizerem que nem sempre as relações com os outros profissionais da instituição são harmônicas devido à hierarquia institucionalizada do paradigma docente versus tradutor e que sentem-se numa relação de desconforto e estresse.

Certo é que a amostra acima é rarefeita se comparada à quantidade de profissionais no mercado, contudo esses relatos revelam que o ambiente de trabalho interfere na atuação em si, interferindo no bem-estar, nas relações interpessoais e nas perspectivas de carreira. Pode-se, além disso, colocar em questão, no caso dos intérpretes concursados em instituições públicas federais, a nomenclatura do cargo e o enquadramento na categoria, no caso D¹¹.

O cargo em questão é denominado Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais. A primeira incoerência é atribuir duas funções, a de traduzir e a de interpretar, a um só cargo, como se todos os que traduzem necessariamente também interpretam. São atividades distintas, com fins e processos específicos. Outra incoerência é atribuir à Libras, Língua Brasileira de Sinais, o estatuto de linguagem, descreditando seu status linguístico. E, ainda, omitir a outra língua do par linguístico, no caso, a Língua Portuguesa, afinal, a condição de intérprete (e tradutor) requer, minimamente, duas línguas (proficientemente). Ainda mais, há no funcionalismo público o cargo de nível E¹², Tradutor e Intérprete, atribuído a qualquer par linguístico de interesse da instituição, como Libras/português, por exemplo, havendo nas instituições tradutores e intérpretes em ambos os níveis e que executam as mesmas funções.

As incoerências não se limitam aos servidores públicos, que mesmo diante das condições supracitadas, ainda são detentores de direitos assegurados, como alimentação, transporte, plano de carreira e piso salarial. Essa situação é uma incógnita em relação aos celetistas ou terceirizados (nos município e estado do Rio de Janeiro), que por não ter um conselho de classe legalmente organi-

¹¹ Essa categoria é atribuída a cargos que exigem conclusão da Educação Básica como requisito mínimo, podendo ser acrescido algum curso de formação profissional e provas de práticas para verificação de habilidade específica.

¹² Cargos que exigem nível superior.

zado, o qual além do poder de fala teria respaldo para especificar as condições básicas de contratação, não contam com um piso salarial, oferta de “benefícios” e têm de, muitas vezes, contar com a sorte dos repasses públicos para que o salário e o vale-transporte estejam na conta no dia esperado. As condições específicas enfrentadas em sala de aula e a relação contratante-contratado fogem do foco desse artigo.

As vozes ouvidas extrapolam a pesquisa em voga e escutam também as conversas já descritas na terceira seção deste trabalho e que foram reforçadas pelos entrevistados ao acrescentarem informações às suas respostas, as quais endossam as questões do revezamento (se o intérprete x é capaz de interpretar n horas sozinho, todos podem também), do orçamento na oferta de serviço (se x pode fazer por mais barato, então ficamos com x) e da dicotomia formação versus competência. As perguntas que encerram essa seção são: Quem (não) fiscaliza essas questões? E a (não) representatividade política? Isso um dia (não) muda?

5 Que (des)caminhos são esperados – conclusões

É sempre de se esperar que uma mudança, por menor que seja, em algum momento, em qualquer esfera, aconteça. A falta de mudança implica na permanência do estado das coisas, boas ou ruins, suportáveis ou não. A motivação para a mesma é o instinto pesquisador do ser humano. Se assim não fosse, até hoje o encantamento suplantaria a funcionalidade das “luvas brancas”. Aqui os registros vociferam mudanças. Mas, o que fazer? Por onde começar? É possível?

Uma das questões em pauta é a formação do intérprete e mesmo que um dia chegue-se a um acordo sobre o mínimo exigido, ainda assim haverá um leque de interrogações e possibilidades. O histórico da constituição da profissão mostra que o percurso foi da comunidade para a academia e muito dos que buscaram a formação específica através dos cursos de bacharelado e tecnologia em tradução e interpretação da Libras/Português já traziam consigo uma pesada bagagem da interpretação comunitária (majoritariamente voluntária), que se expandiu para outros espaços, os quais os surdos passaram a frequentar em virtude da ampliação das oportunidades de acesso.

A formação é um processo contínuo de construção que envolve teoria, pesquisa, certificação, diplomação, prática, erros e frustração, tanto mediada por um outro, quanto autoconstruída. Nesse sentido, a indissociabilidade dos

apontamentos acima constrói um caminho costurado para a profissionalização do intérprete de Libras/português, no qual não se deve preferir a prática pela teoria ou vice-versa, porém prezar para que ambas estejam imbricadas e em harmonia. Sobretudo, diferentemente da interpretação entre línguas orais, por razões históricas e sociais, como mencionadas ao longo do texto, uma fatia (bastante recheada) da contínua formação dos intérpretes de línguas de sinais passa pelo coração do Povo Surdo.

Havendo, então, um órgão representativo de classe que estabelecesse critérios mínimos para associação e atuação, que papel seria preciso para que alguém fosse considerado intérprete? Nesse ínterim, convida-se à reflexão sobre a forma como os cursos universitários têm estruturado seus componentes curriculares, bem como a maneira de acesso aos cursos. Existe um equilíbrio na oferta de ambas as línguas, no sentido de ser possível aperfeiçoar e adquirir competências tanto em Libras quanto em português? Os graduandos têm a possibilidade de imersão cultural na comunidade surda? Ao longo do curso conseguem desenvolver as modalidades e direcionalidades da interpretação e da tradução?

Houve, até recentemente, a fim de apresentar uma solução provisória e paliativa, o PROLIBRAS (exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras-Língua Portuguesa), como uma das sugestões para o exercício da profissão, acrescido do curso de Ensino Médio. Destaca-se na legislação em questão, Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Art. 20:

Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras-Língua Portuguesa.

Considerando a data de publicação para que o decreto entrasse em vigor, o ano de 2015 finalizaria a oferta do exame em questão, com sua décima versão, que na verdade só ocorreu até a sétima¹³. Pode-se deduzir uma série de críticas a esse exame, como sua centralidade no âmbito educacional, a duração em apenas duas etapas e o foco na interpretação simultânea, entretanto não é do feitio desse trabalho estender maiores considerações sobre o PROLIBRAS, compreendendo, seu caráter pontual e emergente.

¹³ Disponível em: <http://www.prolibras.ufsc.br/>. Acesso em: 03 out. 2019.

O ensejo traz para o debate da formação de tradutores uma epistemologia marginal, que se fundamenta nas experiências, expectativas, formas, construções e estéticas de enxergar, moldar e ser sobre o mundo. Uma epistemologia surda não desenhada pela fôrma da academia, de um possível *deafhood*, quiçá de uma glossarização exacerbada, crua e insossa de uma língua (língua ?), mas nos terrenos baldios, periferias e vielas do saber empírico, que no tato, calor dos olhos e das mãos pesadas fazem um outro, ideal e idealizado.

As pesquisas efervescem no campo da tradução das línguas de sinais, o que é louvável, e que se possa ter de norte a sul da mãe gentil espaço e voz ascendentes para estudos, experimentos, extensão. Sobretudo, que os entornos do mundo acadêmico não suplantem as raízes que permitiram o atual cenário. Que todas as instituições tenham a oportunidade de ter em seus quadros intérpretes com alto nível acadêmico e indiscutível competência, e que esse teor requerido esteja visivelmente nas relações humanas que circundam os corredores físicos e virtuais. Que olhar não esteja somente no “espetáculo” das mãos velozes e expressivos rostos, mas nos bastidores, na equidade, no respeito à humanidade antes do status.

Em virtude dos dados expostos, que atravessaram experiências, desejos e alguns detalhes que acabam sendo ocultados face ao dito, há um anseio por um espaço imaginário chamado coletividade, onde as diferenças são neutralizadas e as ambições, vivências e semelhanças permitem refletir sabendo que há sempre um outro envolvido no processo, direta ou indiretamente atingido. Desse modo, o estar sendo intérprete implica, durante o processo tradutório, ordenar em si possíveis personagens que surgem durante a atuação, como aquele que transpõe (línguas, culturas, situações), aquele que cria (autor da própria tradução), aquele que se anula (reserva suas convicções e interesses) e aquele que medeia realidades (visto haver certas particularidades que se distanciam da norma ouvinte, sendo o único pacificador entre os latentes conflitos, o intérprete).

O apagamento comumente atribuído à linguagem no que concerne às especificidades linguísticas, dá abertura a um campo pouco elucidado: o apagamento do tradutor, antes de tudo, uma pessoa. E é pensando no esvaziamento dessa condição primária que esse texto se encaminha para uma pausa, não uma conclusão, a fim de que à frente das inúmeras roupagens, títulos e obrigações, prevaleça, sempre, o que há de mais original em nós, a subjetividade humana.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 280 p.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Brasília, DF,
- BRASIL. Lei nº 12319, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a Profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, DF.
- CESCO. Borges e a tradução. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 1, n. 13, p.81-97, ago. 2004.
- HALL, S. Diásporas, ou a lógica da tradução cultural. *Matrizes*, São Paulo, v. 10, n. 3, p.47-58, set./dez. 2016. Tradução de Elizabeth Ramos. Revisão Técnica: Liv Sovik.
- FEBRAPILS. Constituição (2014). Código de Conduta e Ética nº 1, de 13 de abril de 2014. Primeira alteração aprovada em assembleia geral ordinária no dia 13 de abril de 2014. Brasília, DF,
- FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. *Educação Especial*, Santa Maria, v. 22, n. 34, p.225-236, maio/ago. 2009.
- LANE, H. *A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 1997. 286 p.
- LUZ, R. D. *Cenas surdas: os surdos terão lugar no coração do mundo?*. São Paulo: Parábola, 2013.
- MARTINS, D. A. Trajetórias de formação e condições de trabalho do intérprete de Libras em instituições de educação superior. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas.
- MONTEIRO, M. S. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 292-302, jun. 2006.
- NOGUEIRA, T. C. *Intérpretes de Libras-português no contexto de conferência: uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine*. 2016. 211 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.
- PERLIN, G. T. *O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade*. 2003. 156 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre.
- QUADROS, R. M. de. *O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*. Brasília: Ministério da Educação, 2004. 89 p.
- SANTOS, K. A. S. dos. *O intérprete de Libras no contexto de conferência: reflexões sobre sua atuação*. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, São Carlos.
- SILVA, C. A. de A. *Entre a deficiência e a cultura: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos*. 2011. 227 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-graduação em Antropologia

Social, Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: UFSC, 2008.

VIEIRA, M. C. et al. Análise de expressões não-manuais em avatares tradutores de Língua Portuguesa para Libras. In: XIX CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE INFORMÁTICA EDUCATIVA, 2014, Fortaleza. *Anais*. Santiago: Universidad del Chile, 2015. p. 172-183.